

dador, em nome da desconstrução, definida como 'aquilo que acontece' – o que 'extravasa, expõe, excede a força performativa'. Num certo sentido, por aquilo que está em jogo, por aquilo que se promete ou pela profissão de fé que consigo transporta, esta obra apresenta-se também como um legado (um testamento?) às gerações futuras, àqueles que ainda não conhecemos. Parte do presente e do passado da Universidade, da sua ideia e da sua razão de ser, de todo o trabalho teórico de Jacques Derrida, dos conceitos que lentamente se foram elaborando ao longo dos anos e de cuja complexidade não se pôde dar conta nesta recensão, para se afirmar como acontecimento, como uma espécie de esperança radical no impossível. É um livro construído através de um conjunto impressionante de interrogações, devolvidas ao leitor de uma forma brutal na última frase: 'Levem o tempo de que precisarem, mas despachem-se a fazer isso, porque não sabem o que vos espera'.

Teresa Sousa de Almeida

*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa*

Bent Flyvbjerg. 2001. *Making Social Science Matter: Why Social Inquiry Fails and How It Can Succeed Again*. Cambridge: Cambridge University Press. 204 pp. ISBN: o 521 77568 X.

Empenhado em fazer a ciência social sair da 'Guerra das Ciências' em que se encontra, Flyvbjerg propõe-nos uma praxis de estudo do ser humano e da sociedade ancorada no conceito aristotélico de *phronesis* – a actividade que 'envolve julgamentos e decisões feitas por um actor social ou político virtuoso' (p.2) – desenvolvido por forma a integrar questões de conflito e de poder, na linha de Maquiavel, Nietzsche e Foucault. Desde os anos 80 que muito se tem escrito sobre o impasse em que se encontra a ciência social e sobre o modo de o superar, sobretudo numa linha de crítica às epistemologias racionalista e positivista e de promoção de epistemologias mais pragmáticas e críticas. Parte deste debate tem dado origem a várias polémicas, por vezes bastante encarniçadas, entre cientistas das áreas natural e social, sendo

célebre a suscitada por Alan Sokal e Jean Bricmont (*Imposturas Intelectuais*, Lisboa, Gradiva, 1999) e, entre nós, a que recentemente opôs António Manuel Baptista e Boaventura Sousa Santos (A. M. Baptista – 2002, *O Discurso Pós-moderno Contra a Ciência: Obscurantismo e Irresponsabilidades Intelectuais*, Lisboa, Gradiva – ataca, sem peias, o pensamento de B. S. Santos sobre a pós-modernidade na ciência – 1987, *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Afrontamento – tendo originado uma acesa polémica veiculada nos media). Apesar da citação profusa de filósofos que se inserem numa perspectiva mais reflexiva, crítica e/ou pragmática (Nietzsche, Wittgenstein, Habermas, Foucault e Rorty são os casos mais salientes), Flyvbjerg não situa o seu argumento no plano epistemológico mas no plano da praxis.

A obra é composta por duas partes. Na primeira, intitulada 'Porque é que a ciência social falhou como ciência', o autor tem como objectivos demonstrar a impossibilidade de a ciência social produzir teoria universal e preditiva – e, portanto, de ter um desenvolvimento estável e cumulativo –, bem como o papel incontornável do contexto no estudo dos fenómenos humanos. O seu ponto de partida é o modelo fenomenológico da aprendizagem humana formulado por Hubert e Stuart Dreyfus, através do qual mostra a importância do contexto, do corpo e da intuição nos níveis mais elevados da aprendizagem (os do virtuosismo), ultrapassando mesmo, em eficácia de resultados, a racionalidade analítica (baseada na aplicação de regras descontextualizadas e que domina os primeiros níveis da aprendizagem). Seguidamente, discute os vários argumentos que se têm apresentado sobre a possibilidade ou impossibilidade de se produzir teoria em ciência social: o pré-paradigmático, o hermenêutico-fenomenológico, o da contingência histórica e o das 'competências tácitas'. Este último, referenciado aos irmãos Dreyfys e a Pierre Bourdieu, acha que é 'o mais geral e o mais rigoroso dos quatro' e é sobre ele que fundamenta o seu argumento de que é impossível em ciência social fazer teoria preditiva, uma vez que a 'relação dependente e aberta entre contextos e acções e interpretações não se pode encerrar em regras' (pp.47-8). É a não aceitação deste facto que origina perplexidades como, por exemplo, a que atravessa as actuais tentativas de explicar por que é que o colapso dos regimes comunistas da Rússia e

Europa de Leste apanhou o mundo de surpresa.

A segunda parte é dedicada à 'reabilitação' da ciência social. A focagem em valores é, para Flyvbjerg, o forte da ciência social e o caminho para resolver a polémica com as ciências exactas e naturais. O conceito aristotélico de *phronesis* é o veículo para fazer esse caminho, permitindo 'balancear a racionalidade instrumental e a racionalidade de valores, incrementando a capacidade dos indivíduos, das organizações e da sociedade de pensarem e de agirem em termos de uma racionalidade de valores' (p.130). Vejamos o contexto em que surge e é proposto este conceito. Flyvbjerg acredita que vale a pena retornar à Antiguidade Clássica, pois, como notou Foucault, é aí que encontramos um exemplo único de uma ética não referenciada à religião, à lei civil ou à ciência. Sócrates começa por procurar a *simili in multis* das virtudes, i.e., a sua verdade geral e descontextualizada, mas acaba por chegar à conclusão de que só sabia que nada sabia. Platão vai escamotear esta última conclusão, para continuar aquela procura dos universais. Aristóteles torna consequente a conclusão de Sócrates e declara que, no estudo do homem, não podemos almejar a verdades gerais. Define, então, as três virtudes intelectuais necessárias ao bom funcionamento da sociedade. São elas: a *Episteme* – conhecimento científico, baseado numa racionalidade analítica, orientado para a produção de teoria explicativa e preditiva, é universal, invariável e descontextualizado; a *Techne* – conhecimento técnico, baseado numa racionalidade instrumental, orientado para a produção, é pragmático, variável e contextualizado; e a *Phronesis* – conhecimento ético, baseado numa racionalidade de valores práticos, orientado para a acção, é também pragmático, variável e contextualizado. No entanto, a postura platónica e, com ela, o conceito aristotélico de *episteme*, dominaram a ciência moderna e também quando e porque pretenderam ser 'científicos', os estudos do ser humano e da sociedade. A resistência que, na ciência social, existe em aceitar a evidência da sua inferioridade epistemológica face à ciência natural é, igualmente, o medo de cair num 'só sei que nada sei' de tipo *míope*, i.e., no relativismo e no niilismo, com a consequente perda de poder institucional. Ora, um dos aspectos notáveis desta obra é o de demonstrar como o contextualismo, ou

ética situacional, funciona como um baluarte contra tais perigos e como a substituição da orientação epistemológica pela orientação 'phronética' devolve à ciência social a sua relevância pública.

De resto, também não vale a pena tentar desenvolver uma 'phronesis epistemológica', pois isso exigiria uma teoria – universal, invariável e descontextualizada – do julgamento e da experiência humanas, o que não é possível, como mostra o argumento das competências tácitas. A resolução do problema da 'Guerra das Ciências' – que, na opinião de Flyvbjerg, a ciência social está condenada a perder, se continuar a lutar no terreno epistemológico – passa, portanto, pelo reconhecimento e aceitação de que 'onde a ciência natural é fraca, a ciência social é forte e vice-versa', pelo que a ciência social deve voltar a assumir a sua 'posição clássica como actividade intelectual e prática destinada a clarificar os problemas, riscos e possibilidades que enfrentamentos como seres humanos e sociedades e em contribuir para a praxis social e política' (p.4). Como é que isto se faz? A focagem nos valores não significa reconduzirmo-nos à moralidade ou preferências do investigador, mas sim a uma 'visão comum no âmbito de um grupo de referência ao qual o investigador se refere' (p.130). As questões de valor fundamentais que orientam a investigação deverão ser: 'Para onde vamos? É desejável? O que deve ser feito?' (p.60).

A estas três questões, derivadas da perspectiva aristotélica, Flyvbjerg acrescenta uma quarta: 'Quem ganha e quem perde, e através de que mecanismos de poder?' (p.60). Ou seja, o enfoque nos valores deverá ser acompanhado pela colocação do problema do poder no centro da análise. Para o fazer, discute amplamente Habermas e, sobretudo, Foucault, em relação a um conjunto de tensões: consenso/conflito, universalismo/contextualismo, idealismo/realismo. Refira-se a este propósito que o autor rejeita visões dicotómicas do tipo 'ou uma coisa ou outra', propondo, em vários pontos do livro, compatibilizar visões que o impulso polémico tende a fazer parecer inconciliáveis – 'dualismos artificiais que facilitam o pensamento, mas dificultam a compreensão' (p.99).

Não obstante, inclina-se assumidamente para Foucault, criticando em Habermas a incongruência, na sua teoria, entre ideal e real –

uma incongruência típica dos fenómenos da modernidade e que atribui a uma insuficiente concepção do poder. O fenómeno da comunicação, por exemplo, é visto por Habermas, na linha de Kant, como procura de consenso, livre de dominação, ao passo que numa linha de pensamento Maquiavel/Nietzsche/Foucault é mais vista como retórica na perseguição de interesses. Para Flyvbjerg, 'um ponto de partida não idealista tem que tomar em conta o facto de que ambas as posições são possíveis, mesmo em simultâneo' (p.94). Como conciliar Habermas e Foucault? 'Se o nosso objectivo é movermo-nos em direcção ao ideal de Habermas – libertação da dominação, mais democracia, uma sociedade civil forte – então a nossa tarefa não é compreender a utopia da racionalidade comunicativa, mas compreender as realidades do poder' (p.98). Como notou Richard Rorty, a própria racionalidade comunicativa está já inscrita nas instituições da modernidade, aliás, ela é essas instituições, pelo que Habermas, ao assumir o vocabulário do Iluminismo, 'tende a tornar-se parte do problema que deseja resolver' (pp.97-8). Foucault, pelo contrário, ataca directamente o problema: 'Penso que a questão central do pensamento filosófico e crítico desde o século XVIII tem sempre sido, ainda é, e será ainda, espero eu, a questão: O que é esta Razão que nós usamos? Quais são os seus efeitos históricos? Quais são os seus limites e os seus perigos? Como é que podemos existir enquanto seres racionais, felizmente empenhados em praticar uma racionalidade que é, infelizmente, atravessada por perigos intrínsecos? Devemo-nos manter tão perto quanto possível desta questão, tendo sempre em mente que ela é, ao mesmo tempo, central e extremamente difícil de resolver' (Foucault cit. p.124). O contributo de Foucault é particularmente importante para clarificar 'o 'buraco negro' que a modernidade e a democracia têm na sua reflexividade no que respeita à relação real entre racionalidade e poder' (p.143).

No que respeita à metodologia, Flyvbjerg advoga o pragmatismo e pluralismo metodológico: alcançar os resultados certos é o critério mais importante. Não obstante, revela uma particular preferência pelo estudo de caso, ao qual dedica um capítulo onde discute e rebate um conjunto de ideias bastante vulgarizadas na ciência social que põem em causa a sua validade, fiabilidade e capacidade teórica como metodologia de pesquisa. Privilegia também a análise genealógica tal

como a praticaram Nietzsche e Foucault.

Outro ponto metodológico fundamental para o autor é a ideia de que os estudos sociais e políticos devem ser usados 'não apenas como um espelho para a sociedade, mas também como os seus ouvidos, olhos e nariz' (p.60). A propósito do seu trabalho em torno de um projecto urbanístico para a cidade dinamarquesa de Aalborg (apresentado em *Rationality and Power: Democracy in Practice*, Chicago, University of Chicago Press, 1998), descreve como foi lançando pequenos 'balões de ensaio' (artigos na imprensa regional, entrevistas numa rádio local, etc.) para suscitar o debate público em torno de aspectos do desenvolvimento do projecto que lhe pareciam importantes para a tomada de decisão democrática, mas que estavam a passar despercebidos e como o debate suscitado foi sendo reintegrado na própria pesquisa. Neste ponto, parece retomar um pouco o ideal habermesiano: a comunicação dialógica – mas não a polémica – é crucial para uma ciência social que pretenda contribuir para 'contrariar a erosão da racionalidade de valores e, dessa forma, ajudar à inibição das tendências destrutivas na sociedade e na ciência' (p. 168). Simplesmente, para o diálogo com a sociedade se realizar e ser eficaz, a ciência social tem que, estrategicamente, levar em conta a realidade do poder.

Se o leitor desta resenha tiver ficado com vontade de ir ler a obra e o for fazer, poderá acontecer-lhe o mesmo que aconteceu à autora da resenha: entusiasmada pelos pequenos textos que, na contracapa, enalteciam o livro, aconteceu-lhe depois, aquando da sua leitura, passar por momentos de desilusão. O estilo expositivo e argumentativo de Flyvbjerg é de uma simplicidade e modéstia que poderá frustrar os que aí busquem um deleitamento puramente conceptual. Mas é justamente deste tipo de busca que ele se pretende afastar, importando-lhe mais, parafraseando Pierre Bourdieu, fazer o seu 'trabalho de campo em filosofia'. E o que aqui fica não é um modelo teórico abstracto perfeitamente coerente, mas antes o testemunho de um trajecto ao mesmo tempo profissional, intelectual, pessoal e ético. Visto desta forma, o livro é uma inspiradora e edificante lição de ciência social.

Maria João Barata
Instituto Superior Miguel Torga